

1 Ata da Reunião Plenária Ordinária Nº 305 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na data de
2 14 de setembro de 2022 às 19h30, no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes Membros: no
3 Segmento Gestores Srs. (as) Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular –
4 SEMUS; Segmento de Trabalhadores, Srs. (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE; Gisele Dias Picolo –
5 Titular – COREN e Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular - SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs. (as)
6 Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA, Alzira Maria da Silva Rocha – Titular – Pastoral do Idoso, Marcos Antonio de
7 Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Antonio Jorge Magro – Titular – Associação Ulisses Guimarães,
8 Francisco Robério Peres da Cunha – Titular - Pastoral da Criança, Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Entidade
9 Religiosa Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Àfin Òsùn Alákétu, Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA e Maria de Fátima
10 Greggo – Titular – UAMMA. Houve também a participações de Observadores/Convidados, Sr (a). Gerson Pizzo –
11 Membro da APDA e Juliana da Silva Freitas – Coordenadora de Enfermagem – Pronto Atendimento Alberto Esper Kallas
12 24 h - HUMANIZA. O Presidente de Mesa Zanatta inicia a reunião ensejando boa a noite a todos os Conselheiros,
13 solicitando que realizem a assinatura na lista de presença e faz portanto a contagem nominal dos presentes, totalizando
14 11 (onze) membros titulares presentes e 01 (um) convidado. Faz referência a Pauta e diz que gostaria de saber se algum
15 dos Conselheiros tem algum ponto de Pauta que queira acrescentar na lista, ao que a Conselheira Ìyálòrísá Joilda afirma
16 que gostaria, sendo a respeito do 7º Encontro Presencial do Evento de Saúde, tendo ainda as pontuações feitas pelo
17 Presidente Zanatta que manifestarão, que estão nos informes e dentro dos ofícios encaminhados, esclarecendo para a
18 Conselheira que como fizeram no final da tarde, não está conseguindo ter acesso a internet, mas que tem o mesmo
19 como já acrescido na Pauta, estando contemplada. Ato contínuo, o Presidente Zanatta cita o **1º Ponto de Pauta _**
20 **Aprovação da Ata Nº 304**; questiona se os Conselheiros tem alguma colocação, e não havendo a Ata Nº304 foi
21 aprovada por unanimidade. Cita o **2º Ponto de Pauta _ Informes / Item 01 – Ofícios Encaminhados – CISM**: sobre
22 esse assunto menciona que como há o 4º Ponto de Pauta que são informes que envolvem o Comitê de Saúde Mental ,
23 que é uma Pauta relevante e tem que ser discutida em seus aspectos; comunica que durante a última Reunião Plenária
24 houveram alguns debates, da Coordenação do Comitê e o posicionamento relativo aos hospitais, sobre a questão de
25 internação de pacientes e que isso tem sido discutido dentro do Comitê como um todo e arrastado também para um
26 Grupo Técnico, que então todas essas demandas feitas pelo Grupo Técnico e que foram levantadas, querem trazer para
27 o Conselho para ciência. Desta forma, faz referência ao **Ofício Nº 36/2022** – Convite a 16ª Regional de Saúde do Estado
28 do Paraná, para participação da Reunião Plenária do Comitê Intersetorial de Saúde Mental, a ser realizada em 27 de
29 outubro de 2022; cita o **Ofício Nº 37/2022** – Convite a representante da Entidade Aprisco Pássaros da Paz de Arapongas
30 – APPA, para participação da Reunião Plenária do Comitê Intersetorial de Saúde Mental, a ser realizada em 27 de
31 outubro de 2022; sobre esse assunto informa que também através de ação do Comitê Intersetorial e demandas que
32 aconteceram em Plenária pelos Conselheiros Alecsandro e Ìyálòrísá Joilda, que então iniciaram a verificação, avaliação
33 e tomada de ciência sobre as Entidades que prestam serviços, sendo ou de Casa de Acolhida, ou de Entidades
34 Terapêuticas, ou de Casa de Passagem, que então verificou - se que há um cadastro junto ao Município, outro à União,
35 sendo este o Conselho Nacional de Assistência Social. Informa ao Plenário que foi realizado uma visita para conhecer
36 aquela Entidade, referindo - se a APPA, sendo que foi o mesmo e a Assistente Social do HONPAR, Sra. Rouse, que foi
37 feito então um relatório e que a pessoa que está a frente desta Entidade foi convidada para comparecer no Conselho,
38 para que pudessem conversar pessoalmente, devido não terem conseguido conversar com a mesma naquela ocasião
39 da visita, por levar paciente no momento para Unidade de Saúde do Campinho, que então estão convidado para
40 participar da reunião do Comitê, para que o próprio Comitê se aproprie de algumas informações; ressalta que não seria
41 apenas a única Entidade, mas que apenas não puderam ir ainda nas demais Entidades que existem, que perceberam
42 que as Entidades tem caráter e clientela diferentes e formas diferentes de atuarem. Informa sobre a **DECLARAÇÃO** –
43 **Aprovação pelo Plenário ao acréscimo de 01 (uma) Unidade de Suporte Básico para a Rede SAMU**, sendo a concessão
44 de veículo próprio pela Secretaria Municipal de Saúde; sobre esse assunto, relata que foi realizado declaração a pedido
45 do SAMU, quanto a aprovação feita na última Plenária, para o implemento da Rede de Urgência, com mais uma equipe
46 de Atenção Básica, sendo que o veículo já é de posse do Município. Em continuidade, o Presidente Zanatta aborda
47 sobre o **Ofício Nº 70/2022 - CMS** – Reiteração de convite para o Conselho Nacional de Saúde para participação do
48 Evento de Saúde, realizado pela Entidade Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU e AIABA, com o tema “
49 VII Encontro Municipal da Mobilização Nacional Pró-Saúde da População Negra, Vida Longa com Saúde e Sem
50 Racismo de Arapongas - Paraná” e “II Conferência Livre de Saúde da População Negra e Povos e Comunidades
51 Tradicionais de Arapongas Paraná”; sobre esse assunto o Presidente Zanatta questiona a Conselheira Ìyálòrísá Joilda se
52 a mesma gostaria de complementar, ao que a Conselheira informa ao Plenário que como já é uma tradição destes de
53 realizar esse Evento de Saúde, com recorte étnico-racial, com a ação voltada para a saúde da População Negra, povos
54 e comunidades tradicionais, que esse então será o 7º encontro consecutivo, com o apoio da Gestão passada e desta
55 Gestão, com o apoio do Governo Estadual, da SESA – Secretaria de Estado da Saúde, que sempre fez parceria com
56 estes, de várias lideranças dos movimentos sociais e em específico movimentos que fazem esse recorte com a saúde da
57 População Negra. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda afirma que o objetivo desse evento sempre foi debater todas as
58 vulnerabilidades e especificidades da saúde da População Negra, da saúde da mulher negra, que tem a 17ª Conferência
59 Nacional de Saúde, e que nesse Evento, não sendo apenas o que aconteceu em 2021, mas que desse Evento de 2022
60 saia propostas para a Conferência Nacional de Saúde, que então tem o pedido destes de apoio para a Gestão, através
61 do Prefeito Sérgio Onofre, do Secretário Municipal de Saúde, Moacir Paludetto Junior e da Secretaria de Governo, que

62 também solicitaram apoio ao Estado, a SESA, ao Diretor da 16ª Regional de Saúde, que já assinalou apoio ao evento,
63 as lideranças de movimentos que sempre tiveram junto com estes, sendo a RENAFRO, a Rede de Mulheres Negras do
64 Paraná e a AFALP. A Conselheira òyálòrísá Joilda segue dizendo que é uma tradição, que precisam deixar um legado,
65 que foi construído junto com a sociedade civil, os movimentos sociais, o controle social, o qual hoje a discussão é o
66 Controle Social dentro do SUS, menciona ainda que o Conselho Municipal de Saúde já esteve junto com estes com
67 representação e que esse ano está trazendo um convite ao Conselho Municipal de Saúde, pois terão uma Mesa
68 composta só por Conselheiros, afirmando que achou importante neste momento, que se antecede a 17ª Conferência
69 Nacional de Saúde, que se fortaleça questões dos espaços legitimados que são os Conselhos, para irem para uma
70 Conferência, seja Municipal, Estadual ou Nacional de Saúde, diz ainda que essa é a forma que o Município tem de ouvir
71 a Sociedade Civil, Gestores e Trabalhadores, que é um momento de se alinharem propostas e a proposta que estes
72 trazem nesta edição é ter essa mesa de Conselheiros, com a representação de Conselheiros Municipal, Estadual e
73 Nacional, ressaltando novamente que conta com o apoio do Conselho Municipal de Saúde, já convidando todos os
74 Conselheiros de Saúde para estarem com estes dentro desse Evento, que também pede além da presença de estarem
75 junto com estes nessa construção, que também participem dessa mesa de debates, que é de suma importância, que
76 então solicitará a participação de um representante gov. do Município, uma representação do Estado, uma
77 representação no segmento de usuários e também Prestadores de serviço, que então criarão uma paridade dentro
78 desse debate e dessa discussão, menciona que solicita também dentro desse apoio, como fora solicitado de um convite
79 ao Conselho Nacional de Saúde para que estes indiquem um Conselheiro Nacional para compor a mesa; afirma que não
80 quis fazer diretamente, o qual fez o convite e solicitou do Conselho esse apoio para que intermediasse esse convite, que
81 o objetivo é fortalecer o Conselho Municipal, dar visibilidade a tudo que está sendo construído, tudo que os Gestores, os
82 Prestadores de Serviço, e desses enquanto Controle Social tem desempenhado o papel dentro do Conselho Municipal
83 de Saúde, dando visibilidade a toda essa discussão que já tem realizado toda essa tradição com a questão da saúde da
84 População Negra, combate ao racismo estrutural e institucional e melhorias dentro dos serviços, porque quando
85 melhoram os serviços para a População Negra, melhoram para todos, enfatizando que a saúde da População Negra é
86 umas das que estão dentro das populações vulneráveis e que quando falam de criarem um nova diretriz que é a 16ª
87 Diretriz, estão discutindo a questão da saúde da População Negra onde estará inclusa. É exposto pela Conselheira
88 òyálòrísá Joilda que gostaria do apoio do Conselho para trazerem a Mãe Nilce Maia, Coordenadora Nacional do
89 RENAFRO - Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, para participar desta edição do evento, os quais são
90 06 anos que realizam, cita que a Sra. Nilce já participou por vídeo, que então essa seria a oportunidade impar para
91 estes, de trazerem uma pessoa com conhecimento que esta tem, que então se tiverem o apoio dos Conselheiros para
92 trazerem a òyá Nilce, representante e Coordenadora Nacional da RENAFRO, através do Conselho Municipal de Saúde.
93 O Presidente Zanatta diz a Conselheira òyálòrísá Joilda que não está entendendo da natureza de apoio, ao que a
94 Conselheira òyálòrísá Joilda se refere e afirma antecipando que podem externar o convite, mas que não podem trazê-la,
95 tendo como reposta pela Conselheira òyálòrísá Joilda que o pedido é de viabilizar meios para trazê-la, sendo da mesma
96 forma como o Conselho Nacional de Saúde, disponibiliza meios para também disponibilizarem um Conselheiro Nacional,
97 sendo então respondido pelo Presidente Zanatta que não acredita serem situações similares, que deixará sobre a
98 análise dos Conselheiros, mas que a primeira vista não visualiza como o Conselho subsidiar financiar o traslado ou a
99 estadia dessa pessoa, ou se não esta vir pela própria Entidade a que pertence, porque o evento não é deste CMS, mas
100 da Entidade Religiosa da mesma, frisando novamente que não visualiza como ter uma linha direta de como atender isso,
101 que não visualiza se inclusive seria legal. Que já não se tem recursos e por não trabalharem nesse formato, mas que
102 seriam recursos do Município e não próprios do Conselho, que não tem a disposição nesse momento para subsidiarem o
103 traslado de uma outra pessoa para vir em um evento que não é próprio, salientando novamente que o evento é da
104 Entidade da mesma, sugerido que alguém possa dar mais alguma opinião, afirmando que o pedido da mesma será
105 externado para saber se é possível de ser atendido. O Secretário de Saúde e Vice-Presidente Moacir solicita a palavra
106 para esclarecer, pois na ocasião da fala precisou atender uma ligação, ao que o Presidente Zanatta diz que a
107 Conselheira òyálòrísá Joilda está solicitando que o Conselho de Saúde viabilize a vinda de uma outra pessoa, de outra
108 Entidade para o evento da mesma, menciona que foi feito um pedido por ofício reiterando o pedido desta para um
109 membro do Conselho Nacional comparecer, que obviamente essa pessoa virá as custas do Conselho Nacional, que já
110 outra situação, seria a mesma questão, de trazerem uma outra pessoa, mas que não viria as custas da Entidade desta e
111 sim as custas do Conselho Municipal, que então acredita que isso seja inviável, porque o evento não é do Conselho,
112 mas da Entidade da Conselheira òyálòrísá Joilda, enfatizando novamente que não visualiza como seria possível, mas
113 que externará para ver se é possível. O Conselheiro Alecsandro diz que apenas uma complementação com a fala da
114 Conselheira òyálòrísá Joilda, por questão de Ata, expondo que a Conselheira representa duas Entidades, sendo uma
115 Entidade Religiosa, que é o Axé e outra Entidade laica, que abarca toda a questão racial, étnica, sendo uma cultural e
116 outra religiosa, que parece para este que já participou inclusive que embora seja no espaço do Axé, mas que a Entidade
117 promotora do evento é principalmente a Entidade cativa cultural, cita ainda que o evento tem uma característica de
118 invocar a questão de fitoterapia, que das diversas vezes que participou teve esse tema, que é interessante, que talvez o
119 Conselho não patrocinar a vinda, que acha que isso não pode, que de estrutura religiosa é certeza que não pode, que a
120 cultural já demanda projeto, mas que talvez o Conselho oficial patrocinadores do Município, que atuem nessa área de
121 fitoterapia, cita como exemplo: farmácias de manipulação; lojas que vendem produtos naturais; que são equipamentos
122 que tem interesse direto inclusive, no conhecimento que será gerado no Evento, que de repente esses estabelecimentos

123 podem ter interesse e se motivarem entre eles e divulgarem a questão da fitoterapia, de divulgarem o que é o
124 conhecimento com o tratamento com ervas medicinais, dos comestíveis que tem efeitos terapêuticos e que talvez o
125 Conselho possa dar uma grande mão nisso, solicitando apoio dessas Entidades que são estabelecimentos de saúde,
126 enfatizando que é uma sugestão. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda afirma que gostaria de fazer a defesa da Entidade que
127 foi colocado como religiosa, afirma então que é sim uma Entidade Religiosa, tem um CNAE (Cadastro Nacional de
128 Atividade Econômica) principal de organização religiosa, mas que tem os CNAE secundários dentro da Receita Federal,
129 que trata a questão da cultura, que trata a questão da saúde, que podem atuar, citando: a edição de livros; publicação de
130 livros; danças, que então existem CNAE secundários das atividades dessa organização religiosa, assim como a Saúde
131 está, que qualquer um que verificar o CNPJ da Entidade Religiosa de Matriz Africana que é um espaço tradicional de
132 promoção de saúde, de povos e comunidades tradicionais, ou seja, promoções de saúde através de tratamentos com
133 ervas, com plantas, onde dentro do Conselho Nacional existe comissão de práticas integrativas e complementares à
134 saúde, onde se reconhecem enquanto saúde tradicional através de medicação natural, que é uma Entidade Religiosa
135 mas que tem uma amplitude muito além do que só de religião, assim como o Município acolhe clínicas que fazem
136 tratamento baseado em religiões cristãs, que são os casos de drogadição entre outros, salienta que então precisa fazer
137 essa defesa da organização religiosa que fundou, porque quando falam religiosa, que dá a entender que é só a questão
138 religiosa, mas que vai muito além disso, que então gostaria de esclarecer isso para todos os Conselheiros que estão
139 presentes nessa Plenária. O Presidente Zanatta diz que acha que não há nenhuma negativa quanto a isso, porque o
140 ponto focal foi só contra a questão de subsidio financeiro para alguém de uma outra Entidade vir para participar do
141 Evento, que acha que isso não tem viabilidade por parte do Conselho. O Secretário Moacir diz que para
142 complementarem e atualizarem a discussão, que a questão do evento em si, de não ser um evento Institucional, porém a
143 Entidade até agora tem feito esses encontros e como o próprio nome diz "Pró Saúde da População Negra", que traz
144 esse molde, que todas as pautas e as Mesas são compostas por questões institucionais, como tem representantes da
145 RENAFRO, Rede de Mulheres Negras, da SESA, do Município, do Ministério Público e profissionais de outros Município
146 participando, que então não deixa de ser em sua própria interpretação um evento de saúde, em relação a promoção de
147 saúde, independente de onde está sendo, de organização, que o Município em si, não sendo especificamente a
148 Secretaria de Saúde, mas na medida do que é possível o Município durante esses anos tem dado esse suporte, e que
149 até colocarem e trazerem para a pauta do Conselho ir financeiramente. Afirma que acha interessante trazer a pauta para
150 dentro, porque se pudessem viabilizar porque recursos do Conselho são do Município, ao que o Presidente Zanatta diz
151 que vai da própria Secretaria ter como viabilizar, sendo o Município e não o Conselho, tendo como resposta pelo
152 Secretário Moacir de não focarem com recursos do Conselho, que a demanda não seja essa, mas que seja abrangente
153 de tirarem independente da fonte de recurso a possibilidade do Município, que aí discutirão com a secretaria de
154 Finanças, e ter um planejamento de qual seria a viabilidade do Município apoiar e trazer algum representante ou
155 palestrante para esse evento, uma vez que a Secretaria de Saúde ou o próprio Conselho de Saúde enxerga esse evento
156 como sendo voltado a saúde, que acredita que o principal que tem que ter é de enxergar esse evento, por mais que
157 tenha as limitações, das coisas que já pautaram em reuniões anteriores. Diz ainda que talvez o único do Município que
158 anualmente traz essa pauta, por mais que saibam que todos precisam avançar, diz ainda que tiveram recentemente uma
159 reunião com alguns representantes do Conselho da Igualdade Racial, que então a Conselheira Ìyálòrísá Joilda já está
160 participando junto com a Secretaria de Assistência Social do Município, que toda essa parte burocrática de construção e
161 documentos necessários para que talvez em um futuro próximo tenham um Conselho de Igualdade Racial e que a partir
162 do momento que tenham esse Conselho no Município está pauta está totalmente vinculada e ligada e talvez seja
163 possível a realização de projetos que trarão financiamentos para que possam subsidiar não apenas esta mas várias
164 outras que promovem desde a área da saúde, como outras questões culturais e religiosas dentro do Conselho da
165 Igualdade Racial, que essa pauta então vai trazer o que hoje está na Saúde ,com certeza trará esse vínculo mais próprio
166 até com o financiamento dentro do Conselho da Igualdade Racial, ressaltando que é isso que foi colocado na reunião,
167 que então é apenas para fazer esse questionamento mais abrangente, se há possibilidade de apoio, e se há, será por
168 meio de qual fonte, e que em vez de deliberar exclusivamente financiamento do Conselho, uma vez que essa demanda,
169 que não estão negando a solicitação, ao que o Presidente Zanatta indaga ao Secretário Moacir se o mesmo fará esse
170 questionamento do financiamento pelo Conselho, tendo como resposta que informalmente para ganharem tempo sim e
171 por meio do Conselho trazer que houve essa solicitação da Conselheira Ìyálòrísá Joilda no Conselho, e que o Conselho
172 faz o questionamento para que possam de certa forma formalizarem, salientando novamente que informalmente pode ir
173 antecipando para ganharem tempo. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda diz que apenas para colocar, tiveram 04 (quatro)
174 representantes do Conselho de Promoção da Igualdade Racial, o Estado apresentando a Gestão, a possibilidade da
175 implementação, da criação do Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial dentro do Município de Arapongas,
176 que é a questão que trata da igualdade racial, que é a lei Nº12.288/2010 e que dentro desta lei trata exatamente das
177 questões do povo negro, de saúde, segurança, incluindo os povos e comunidade tradicionais de matriz africana, que são
178 os povos de terreiro. Afirma que da mesma forma como o Município apoio eventos dentro de outras instituições
179 religiosas estes também tem direito enquanto instituição religiosa, com a representação de matriz africana, enquanto
180 povo de terreiro, e que até porque a Promotora Dra. Lêda Barbosa Lorejan, fez uma "coisa" maravilhosa, que é vinda de
181 uma mulher negra, e que uma mulher preta com a representatividade que a mesma tem, fez uma Recomendação ao
182 Executivo, que se atentasse a questões de cotas raciais, implementação, que inclusive citou na Recomendação a Lei
183 Nº12.288, que é importante isso de terem esse respaldo do Ministério Público dentro do Município; enfatiza ainda que é

184 a primeira vez que Arapongas tem isso, que então a Recomendação da Promotora só vem reforçar o que essa Gestão
185 do Sérgio tem buscado, que é fortalecer essas questões e buscar a implementação desse Conselho Municipal de
186 Promoção da Igualdade Racial, no Município de Arapongas, junto com o Executivo, Legislativo e Sociedade Civil, frisa
187 que até que isso não aconteça, mas que está nos trâmites, que então possam receber o apoio do Conselho Municipal de
188 Saúde dentro dessas ações e que talvez tenha sido essa a forma a qual colocou, que o Conselho também apoie
189 trabalhos como esse e que a Gestão tem participado, com essa temática e com esse recorte étnico racial que é a saúde
190 da população negra. Ato contínuo, o Presidente Zanatta faz referência ao **Item 02 – Ofícios Recebidos: Nº002.02/2022**
191 **– HUMANIZA –** Relatórios Assistenciais Mensais referente aos meses de maio e junho/2022; sobre esse assunto
192 menciona que os relatórios foram disponibilizados para todos e faz a lembrança que tem os relatórios impressos e que
193 se alguém quisesse se aproximar ainda na Plenária, ou junto a Sala do Conselho, diz que receberam os relatórios de
194 maio e junho, o qual foram encaminhado digitalmente para todos e que obviamente tem um pouco de trabalho, mas que
195 estão fracionando, sendo encaminhado a mensagem de ações numéricas assistenciais, não sendo encaminhado toda a
196 parte textual que sempre é o mesmo. Cita o ofício **Nº898/2022 – Ministério Público –** Solicitação de cópias dos
197 documentos do Comitê Municipal de Saúde Mental, sendo: Ofício de Entidades Inscritas no Conselho Municipal de
198 Assistência Social; Relatório e visita na Entidade “Aprisco Pássaros da Paz de Arapongas”; Relatório das tratativas com
199 as Coordenações sobre a Logística da Atuação Ambulatorial / Hospital em Saúde Mental; sobre esse assunto esclarece
200 que é por isso que trouxe essa Pauta, que tem muitas coisas envolvendo dentro de Saúde Mental, que uma delas é a
201 participação frequente da 5ª Promotoria Pública do Município através de dois profissionais do executivo do MP, não
202 sendo propriamente a Dra. Lêda, mas que assiduamente tem estado presente nas reuniões do Comitê de Saúde Mental,
203 e que parece que é um tema mais próprio e específico, que então o Ministério Público tem estado presente e que diante
204 das reuniões daquilo que essa representante tem participado, foi solicitado cópias dos documentos do Comitê sendo:
205 Ofício Nº522/2022 – SEMAS – Entidades inscritas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social; o Relatório de
206 visita da Aprisco; os relatórios de tratativas com as Coordenações sobre a logística, sendo o Grupo Técnico que havia
207 falado. Cita o ofício **Nº016/2022 – 16ª Regional de Saúde –** Palestra sobre Doação de Órgãos, com o tema “
208 Sensibilização frente à doação de órgãos e tecidos para transplante” e “A importância de ser um doador: O papel de
209 trabalhadores da Saúde”. **Nº019/2022 – 16ª Regional de Saúde - 16ª Regional de Saúde –** Palestra sobre Doação de
210 Órgãos, com o tema “Sensibilização frente à doação de órgãos e tecidos para transplante” e “A importância de ser um
211 doador: O papel de trabalhadores da Saúde”. (Estendido aos Conselheiros); diz que talvez por baixa procura foi
212 estendido para todos os Conselheiros, sendo então encaminhado para todos; cita o ofício **Nº 1913/2022 –** Irmandade
213 Santa Casa de Arapongas – Grade de Referência dos Serviços de Urgência e Emergência de Arapongas; sobre esse
214 assunto diz que como foi feito uma discussão mais franca sobre a questão da referência nas urgências para os hospitais,
215 a Santa Casa decidiu o expediente com a Grade de Referência desta, e que esse traz uma ata de reunião de serviços
216 que acontecem mensalmente naquela Instituição e a grade quais os tipos de encaminhamentos que são enviados para a
217 Santa Casa, mencionado como exemplo: lesão ortopédica isolada (leve, moderada ou grave), e fratura fechada sem
218 desvio, como é o formato de atendimento, que acredita que se alguém quiser aprofundar mais, será encaminhado para
219 quem solicitar. Na ocasião o Secretário Moacir diz que há alguns questionamentos quanto a Regulação do Estado, na
220 questão das datas de nascimento, que é o que chegam para estes em relação a esses tipos de dúvidas e que mesmo
221 sendo por data de nascimento, quais são às áreas que a Santa Casa de fato atende, que poderiam então fazer um
222 resumo do documento que a Santa Casa encaminhou e deixariam disponível, citando como exemplo o tipo de trauma
223 para a Santa Casa e HONPAR, que tem “coisas” que mesmo sendo por data de nascimento tem referência para um ou
224 para outro, que no momento oportuno tentarem, não sabendo se é por via Conselho, mas de analisarem se a questão de
225 data de nascimento permanece, porque na época era, sendo ou não a melhor alternativa nos dias de hoje, porque foi
226 discutido há algum tempo, sendo há mais de três anos, que na época era a melhor alternativa, e com tom interrogativo,
227 diz se ela continua sendo, que esse movimento de reavaliação é que precisa ser feito. O Presidente Zanatta diz que
228 houve uma demanda na última reunião e que quando foi feita reunião com o Grupo Técnico sobre a questão de Saúde
229 Mental, que tiveram a oportunidade, sendo talvez por parte do Conselho de verem os diferentes segmentos da
230 Secretaria de Saúde, que tratam da questão de Saúde Mental, de estarem articulando, que então na reunião foi discutido
231 que para estes é um problema muito sério, que a Santa Casa não está com tomógrafo e a Central de Regulação regular
232 o paciente neuro e paciente ortopédico para o local, ressalta que se está cem por cento o diagnóstico não devem ir,
233 porque vai para a Santa Casa e sai, indo para a HONPAR e saindo, voltando para a Santa Casa, ou não voltando,
234 porque as vezes o paciente tem que ficar dentro do HONPAR, que então isso causa uma lesão potencial muito séria
235 assistencial, ao indivíduo acometido e ao sistema de transporte que fica uma Unidade Móvel de Urgência fazendo o
236 traslado de paciente. Salaria que o SAMU padece do mal de ser o transporte sanitário do Município, não sendo
237 apenas SAMU, que está sendo sequestrado, muitas vezes inequívocamente pela própria Central de Regulação como
238 o Secretário Moacir está colocando, pelo fator idade que deve ser revisto, e que foi colocado para estes que está sendo
239 revisto o protocolo na Regulação. O Presidente Zanatta diz que em se tratando de não ter informação, fica a queixa
240 externada ao Secretário e aos Conselheiros que a Regional não responde certas perguntas ao Conselho, que foi
241 demanda pela 3ª vez o ofício pedindo toda a informação financeira de repasse de recurso a nível da rede hospitalar, não
242 nos sendo dada a resposta, que acha que a resposta depende de uns cliques de computador, para que possam
243 continuar substabelecendo as discussões sobre a ótica da Contratualização. O Conselheiro Francisco Robério sugere
244 então que seja feito ofício juntamente com o ofício da Regional para o Ministério Público ter ciência da ingerência da

245 Regional de Saúde em dar respaldo a esse questionamento do Conselho que é uma instituição que deve ser respeitada
246 e que não está sendo, citando que mediante “ não consigo”, “não posso”, “ não tenho condições”, ou qualquer outro
247 motivo ela tivesse respondido, mas que simplesmente não responder depois de 03 (três) vezes ofícios reiterados
248 solicitando a resposta e não ter nada como resposta é um desrespeito para com o Conselho, então sugere que o
249 Ministério Público seja um aporte questionando porquê o Conselho não tem o respaldo da Regional em relação ao
250 questionamento que vem realizado, ou o porquê que não consegue dar essa resposta. O Presidente Zanatta questiona
251 aos Conselheiros se mais alguém deseja se manifestar e se acatam a demanda do Conselheiro Francisco Robério, não
252 havendo posicionamento contrário. O Conselheiro Alecsandro diz que dentro dessa colocação da Rede de
253 encaminhamentos, que não sabe se foi na reunião passada ou na anterior, que também foi levantada essa pauta, que a
254 Conselheira Heloisa estava presente, sobre a questão destes que estão nos plantões, não terem a regulação do SAMU,
255 que ligam para o SAMU para pedirem ambulância para levar, mas são estes que tem que regular, que são estes que tem
256 que fazer contato prévio com o hospital, que o contato prévio com o hospital que estes tem que fazer é por final da data
257 de nascimento, que foi exatamente colocando um “dedo” nisso há quase 06 anos, na primeira semana de Gestão do
258 primeiro mandato do atual Prefeito, que houve um chamamento que acabou com a “farrá” do hospital funcionar um dia
259 sim, um dia não, e o hospital SUS, passou a ser aberto 24 horas por dia, todos os dias, para todos os atendimentos, que
260 não houve muita discussão, que foi uma coisa que meio ortopédica isso de dividir as datas de nascimento para o final,
261 de zero a quatro para um hospital e cinco a nove para outro, que rodava a cada dois, três mesas mudava, que primeiro
262 zero a quatro iria para o João de Freitas e depois iria para a Santa Casa, enfatizando que isso rodou uma vez, que rodou
263 duas e depois não rodou mais, que ficou fixo. Diz que na verdade esses encaminhamentos precisam discutir e que
264 pensa que tem até partir do Conselho isso por atribuições dos hospitais, que quando foi feito essa divisão meio a meio
265 da Cidade, estima-se que meio a meio fosse como se os dois hospitais da Cidade fossem do mesmo porte, como se os
266 dois hospitais atendesse pediatria e tivessem maternidade e que não é. Afirma que realmente se deparam com isso, que
267 teve uma situação de um paciente que atendeu na HUMANIZA, que era uma suspeita de AVC – Acidente Vascular
268 Cerebral, que pediu para o SAMU regular para o João de Freitas, sendo dito “ que não, tinha que mandar para a Santa
269 Casa”, que não iria discutir, que se o Regulador estava mandando para a Santa Casa, foi então para Santa Casa,
270 salienta que o paciente chegou lá e não tinha tomógrafo, que não estava funcionando, sendo na mesma semana que
271 parou de funcionar, que então o paciente teve que ser colocado na Central de Leitos, que o SAMU levou para o hospital
272 e o médico atendeu, cita ainda que o SAMU voltou no hospital, levou até o João de Freitas e fez a tomografia, que voltou
273 com a tomografia para a Santa Casa, para o médico desta falar que era um AVC, que teve que colocar na Central de
274 Leitos para voltar para o João de Freitas, ressalta que felizmente o paciente está se recuperando na Clínica de
275 Fisioterapia do Município, mas que podem ter um desfecho fatal naquilo que se chama em perca de uma chance, por
276 perderem tempo com isso, que isso chamará para discussão destes do Conselho, que o Conselho tem que colocar
277 “pata” pesada em cima disso, “pata de elefante” em cima disso, frisando que é de interesse direto tanto para os
278 profissionais, quanto para os usuários, sendo principalmente para os usuários, mas que estes que são profissionais que
279 estão atendendo, como a Conselheira Gisele esteve em um plantão com este, dizendo que ele estava na HUMANIZA e
280 ela no SAMU, relatando que esta fez dez transportes para a Santa Casa naquele dia e que pelo menos metade do que
281 foi para a Santa Casa teve que voltar e levar na HONPAR e esperar e trazer para a Santa Casa, depois levar para a
282 HONPAR novamente. O Conselheiro Alecsandro enfatiza que isso não procede, que teve esses dias e pessoalmente
283 aconteceu com o mesmo de paciente com hemorragia digestiva, que teve varizes no esôfago, que chegou, estimando
284 2,5 litros ou mais de sangue, que lembra da sala de emergência como se fosse um campo de guerra e que no João de
285 Freitas não queriam aceitar, que desculparam que não teriam endoscopista, que então disse que estavam brincando
286 com o mesmo, porque um dos donos do hospital é endoscopista, e como é que a mesma não tinha endoscopista, que
287 disseram que não aceitariam, informa ainda que naquele dia o SAMU mandou direto para o João de Freitas, que
288 felizmente o paciente está bem, mas porque foi direcionado para o local adequado, que isso tem que ter o
289 referenciamento de acordo e capacidade do hospital. O Conselheiro Alecsandro afirma ainda que a Santa Casa
290 consegue atender uma insuficiência cardíaca descompensada muito bem e que consegue fazer o manejo disso
291 perfeitamente bem, o tratamento da pneumonia perfeitamente bem e diabetes descompensada, salienta que que
292 mandarem o paciente com dor no peito para a Santa Casa ou com a suspeita de AVC, para esperar primeiro fazer os
293 exames na Santa Casa para depois ser reencaminhado, perderão pacientes por conta de perda de tempo. A Conselheira
294 Gisele diz que é uma “coisa” constante na Santa Casa e não esporádico, ao que o Conselheiro Alecsandro menciona
295 que é um aparelho de soneto, um de raio-X e que tem a promessa que chegará um novo, que em sua concepção
296 profissional que a Santa Casa está com obra no Pronto Socorro e que está vindo dinheiro para o Pronto Socorro, que
297 não é um hospital de urgência e emergência para ter um pronto socorro no porte que terá, que o pronto socorro atual da
298 Santa Casa com readequações estaria perfeito para atender as demandas, que são as de baixa e média complexidade,
299 e que farão um “baita” pronto socorro para continuarem chamando para dentro paciente com traumatismo encefálico,
300 que não tem neuro cirurgião para operar e UTI para isso, cita também que terão um “baita” pronto socorro trazendo
301 infarto para dentro, que os pacientes continuarão a perder tempo com isso, que o foco da Santa Casa teria que ser a
302 vocação destes, Hospital Materno Infantil e clínica médica de baixa e média complexidade. O Presidente Zanatta
303 questiona se daria para colocar uma linha de psiquiatria, referindo-se a Santa Casa, ao que o Conselheiro Alecsandro
304 afirma que já deveriam ter colocado e reportando-se para o Presidente Zanatta, menciona ainda que se recorda na
305 época de um dos presidentes do Conselho de Saúde, que foi gestor da Santa Casa e Secretário de Saúde, que recorda

306 de gestões deste e posicionamentos deste no Conselho de que a Santa Casa poderia ter sido credenciada com leitos
307 psiquiátricos, que hoje deve representar em média R\$20 (vinte mil) reais mensal, tendo como pontuação pelo Presidente
308 Zanatta que não, que se tiver com 10 (dez) leitos ela tem cerca de R\$70 mil (setenta mil reais) sagrados mensais, ao
309 que o Conselheiro Alecsandro diz que R\$70 mil reais para 10 (dez) leitos com um detalhe, que não necessita ter os 10
310 (dez) pacientes ocupando os leitos, que a portaria diz que o hospital disponibiliza os leitos, com nova colocação pelo
311 Presidente Zanatta que credencia e recebe um valor fixo por leito. O Conselheiro Alecsandro menciona ainda que se
312 para até 10 pacientes receberá R\$70 mil mensal, sendo em torno portanto de R\$800 mil (oitocentos) anual, que é um
313 dinheiro significativo, que se recorda do saudoso Professor Humane que dizia que em casa que não tem pão, todo
314 mundo chora e ninguém tem razão”, salienta que R\$800 mil em uma casa que não tem pão é um “baita” dinheiro. Ato
315 contínuo, o Presidente Zanatta faz referência ao **Item 03 – E-mails** : Justificativa de ausência da Conselheira Iyalórisá
316 Joilda, na Reunião Plenária N°304; cita a Denúncia da Sra. Tauane Paes - Medicação bolada em 27 de março de 2022; e
317 o Convite HUMANIZA – Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – 15/09 a partir das 13h00; desta
318 forma, informa que retomará a questão da denúncia da Sra. Tauane, que esta é filha da Conselheira Iyalórisá Joilda e
319 que a Sra. Tauane apresentou denúncia ao Conselho Municipal e denúncia a Ouvidoria do Município quanto ao
320 atendimento da Santa Casa por parte do neto da Conselheira Iyalórisá Joilda, e com tom interrogativo menciona
321 reportando-se para a Conselheira se a mesma já fez essa fala, tendo como resposta pela Conselheira Iyalórisá Joilda
322 que sim, que no momento que ocorreu o fato, que foi na data de 26 de março de 2022, se pronunciou no grupo oficial do
323 Conselho Municipal de Saúde a respeito da situação de seu neto, que se encontrava internado, a qual estava junto com
324 a filha, afirma que o neto foi encaminhado pelo PAI – Pronto Atendimento Infantil, Serviço do Município, que teve que ser
325 socorrido por ambulância, com problema sério respiratório, que já quase não conseguia respirar e tinha menos de 30
326 (trinta) dias, que relatou o caso naqueles dias, até como um pedido de socorro, da maneira que se encontrou enquanto
327 mãe, avó e acima de tudo Conselheira Municipal de Saúde, para que seu neto estivesse vivo hoje, que foi o grupo do
328 Conselho Municipal de Saúde, ressalta que se não fosse através do grupo, denunciar o que estava ocorrendo, não só
329 com seu neto, mas como as demais crianças que estavam sem atendimento naquele momento dentro do Materno
330 Infantil, diz que estiveram que aguardar o neto sair do internamento, que houve toda uma esfera na questão de
331 conseguir o prontuário da criança, que a filha recebeu a informação que seu próprio filho havia sido bolada, que não é
332 qualquer medicação. O Presidente explica ao Plenário que a medicação bolada, significa medicação circulada, que nos
333 prontuários médicos tem o nome do medicamento e na frente um espaço onde colocam os horários que a medicação
334 será aplicada, citando como exemplo: a cada duas horas; ou de três em três horas, quatro em quatro; oito em oito; de
335 dez em dez ou de doze em doze horas, que se uma medicação não é feita é doutrinado na enfermagem que toda a
336 medicação tem que ser checada, como sinal que foi administrada, que quando não não pode ser checada, que é um
337 crime ético, moral e que acredita até ser civil dependendo do caso, se for dado uma falsidade, que já no caso se é
338 circulado em volta do horário que é o que a Conselheira está falando de medicação bolada, foi feito um ato coerente,
339 apesar de não ter dado administrativamente fez a correção, anotou que não foi dado, que então bolou. Informa que a
340 denúncia que a Conselheira Iyalórisá Joilda trouxe para o Conselho é que a primeira questão seria a omissão por parte
341 da enfermagem no preparo e na administração da medicação, da administração incorreta de medicação, ao que a
342 Conselheira Iyalórisá Joilda afirma que foi falta de dar a medicação. A Conselheira Gisele disse que se boletou, alguma
343 intercorrência pode ter ocorrido também, que a falta do medicamento pela Instituição causa a boletar também. A
344 Conselheira Iyalórisá Joilda diz que foi o questionamento que foi feito por parte da mãe da criança, que quando se fala
345 denúncia, ao que a Conselheira Gisele diz que trabalha na enfermagem há 21 anos e que só boletam quando a
346 medicação não é feita, quando a Instituição não tem, que é comunicado e registrado em prontuário também. O
347 Presidente Zanatta afirma que já viu intercorrências, por conta de estar em uma urgência e que passa o horário, que
348 então circulam porque passou o horário, ao que a Conselheira Gisele diz que aí colocam no horário aproximado que foi
349 feito, tendo a pontuação do Presidente Zanatta que ou colocam o horário aproximado ou se já chegou no segundo
350 horário, faz o segundo, pulando o primeiro. O Conselheiro Alecsandro diz que só complementando que tem uma
351 evolução, que não é só bolar, que tem que justificar, que se bolou e a medicação não foi feita o médico do plantão tem
352 que ser imediatamente comunicado, citando que ou a criança perdeu a veia, ou não tinha acesso naquele momento. O
353 Presidente Zanatta diz que a questão é que está dado a ciência para o Plenário, que não tomarão nenhuma decisão e
354 que estão apenas se elucidando, que entregará para a Comissão de Fiscalização – COMTEFIS, na qual está o
355 Conselheiro Alecsandro e também a Conselheira Gisele, mas que principalmente pela questão técnica dos dois
356 profissionais que estão dentro do grupo para que determinem a Comissão para que façam a visita a Instituição e se
357 apropriem das informações junto ao próprio prontuário. O Conselheiro Alecsandro faz uma sugestão que o Conselho
358 officie a Instituição e peça a cópia do prontuário, tendo como resposta que sim, que será pedido, que deixe o prontuário à
359 disposição na data da visita, ao que o Conselheiro Alecsandro expõe que é uma questão encaminhamento, que o
360 prontuário não, mas a fotocópia do prontuário pode pedir e que para facilitar esse caminho do pedido da fotocópia do
361 prontuário e que eles podem falar que o Conselho não tem legitimidade para ter acesso à isso, a própria mãe da criança
362 já requisitar o prontuário e encaminhar para o Conselho. O Conselheiro Robério afirma que mesmo o Conselho tendo
363 todo o respaldo que tem o prontuário é um documento único e exclusivamente de posse e possibilidade de solicitação
364 do familiar. O Conselheiro Alecsandro expõe que uma análise desta do prontuário no dia da visita ficarão o dia todo no
365 local, fechados em uma sala debruçados. O Presidente Zanatta reportando-se para o Conselheiro Robério questiona
366 como o mesmo já fez ouvidoria, se o Conselho pode pedir o prontuário, tendo como resposta que ninguém, a não ser o

367 paciente ou o familiar de paciente, que no caso a criança ser menor, a mãe, ressalta ainda que pedir pode, mas que será
368 negado, que a verdade é essa. O Presidente Zanatta menciona reportando-se para a Conselheira Iyalòrisá Joilda que
369 oficiará a filha da mesma, ou até esta, que consiga a cópia do prontuário para a Comissão, sendo pontuado pela
370 Conselheira Iyalòrisá Joilda que inclusive não só a cópia do prontuário que podem fornecer, mas como também, assim
371 como na data de hoje a filha desta encaminhou resposta da Santa Casa. Em prosseguimento o Presidente Zanatta faz
372 referência ao **Item 4 – Informações sobre a Comissão de Finanças – COMFIN;** e reportando-se para a Conselheira
373 Iyalòrisá Joilda expõe para a mesma que ela já faça as informações da COMFIN, ao que a Conselheira diz que em
374 relação a COMFIN, são em 04 (quatro) membros, sendo as Conselheiras: Gisele, Elizabeth, Alzira e a mesma, que seria
375 só saber por parte do Conselho e do Secretário Municipal de Saúde, Moacir, se houve alguma posição em relação a
376 solicitação que a COMFIN fez para que se conseguisse em realizar as atividades desta Comissão. Saliencia que foi
377 colocado em Plenária a questão da despesa de deslocamento para o desenvolvimento dessas ações, enfatizando que
378 são ações que requer desdobramentos, que são análises que precisam fazer de relatórios, que dentro dessas análises
379 pode ocorrer desdobramentos, ou seja, outras visitas que a Comissão precisa efetuar para conseguir para concluir o seu
380 trabalho, que na Plenária onde colocaram, ficou de ver se o Município tinha uma forma legal com a parte Jurídica para
381 fornecer essa ajuda financeira para os Membros dessa Comissão, que essa ajuda financeira seria para o deslocamento
382 e desenvolvimento das atividades, que é essa posição que buscam dentro do Conselho, de saber qual foi o
383 posicionamento e reportando-se para o Presidente Zanatta diz que enquanto Coordenadora da Comissão solicitou a
384 Mesa Diretiva, ao mesmo que fosse feito esse questionamento ao Jurídico, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que
385 estão em falta com isso e que oficiará. A Conselheira Iyalòrisá Joilda expõe ainda que o porquê de estar fazendo essa
386 pergunta, que nesta data acompanhou a apresentação de uma Comissão do Conselho Nacional de Saúde, da COMFIN,
387 afirmando que é uma responsabilidade muito grande, estar dentro de uma Comissão e não estar executando as
388 atividades, que existem algumas questões de condições de trabalho, que essas condições tem pleiteado enquanto
389 Comissão já há alguns meses, que se não conseguirem ter um retorno, que então se suspenda as atividades dessa
390 Comissão através de Resolução, que não podem é ficar em uma situação na mão só dos Membros dessa Comissão,
391 que dá a entender que a Comissão só não está fazendo os trabalhos porquê não quer, que não é isso, que é falta de
392 condições. O Secretário e Vice-Presidente Moacir, reportando-se para a Conselheira Iyalòrisá Joilda, questiona se a
393 mesma diz em relação ao deslocamento, tendo como resposta que é o deslocamento, que na última reunião que foi
394 discutido e só para lembrar ao Conselheiros presente que o Conselho Municipal de Saúde solicitou um veículo, sendo
395 respondido pelo Presidente Zanatta que pediram um veículo e reiteraram através de um segundo ofício e não tiveram
396 resposta, que ainda aguardam uma resposta sobre o veículo, que já a demanda ao Jurídico realmente a Mesa está em
397 falta, que não foi encaminhado ofício ao Jurídico do questionamento desse ponto específico, de recursos para
398 deslocamento para atividades das Comissões. O Presidente Zanatta segue explicando que obviamente para atividades
399 curricular, rotineira do Conselho o Poder Público não pagará, que as Entidades te que vir e se representarem e ter seus
400 meios próprios, relata que vem por conta e que o Sindicato “não lhe pagou uma gota de gasolina”, mas que está e
401 representando o Sindicato, cita ainda que os (as) Conselheiros (as) Elizabeth, Gisele, Alesandro, a Pastoral e o
402 Sindicato estão todos nessa situação, que acredita, mas que a reivindicação da Conselheira Iyalòrisá Joilda é porquê as
403 Comissões fazem uma atividade que é maior, que as vezes tem que precisam deslocar -se duas ou três vezes na
404 semana para ir em algum lugar, que foi feito, ou ainda para a Sala do Conselho. Cita que foram fazer a 16ª Diretriz e
405 fizeram uma reunião de grupo técnico e que para as questões específicas de raça/cor, solicitou para que a Conselheira
406 Iyalòrisá Joilda fosse até a Sala do Conselho, que a mesma foi por duas ou três vezes, que então é nesse sentido que
407 está falando, deixando acordado para a Conselheira que fará o encaminhamento para dar um retorno se possível antes
408 da próxima reunião, e quanto a questão do veículo fica novamente. A Conselheira Iyalòrisá Joilda diz que gostaria só de
409 reiterar, que é importante rememorar ainda mais que é uma mulher preta, de Candomblé e que nunca apaguem as suas
410 memórias, que na reunião que discutiram essa questão, que esta enquanto Coordenadora da Comissão falou e fala
411 pelas demais representantes da Comissão, já que está como Coordenadora e que já que estas se colocaram a
412 disposição para fazer esse trabalho por conta própria e que fiquem a vontade, que os desdobramentos não é em reunião
413 única e que não estão falando de uma reunião mensal ou no máximo uma extraordinária, que estão falando de
414 encontros para análises de documentos, como foi colocado que os relatórios da HUMANIZA está disponibilizados, que
415 não é só HUMANIZA e que existem outros Prestadores de Serviço no SUS, que existe também o acompanhamento
416 quadrimestral do próprio Município, que existe a análise da RAG – Relatório Anual de Gestão quando chega no fim, que
417 então existe um trabalho que precisa ser feito, que na última colocação, que caso não se engane a Plenária foi ante
418 penúltima, que colocaram em Plenária e que a Conselheira Márcia achou difícil disponibilizar o veículo, que colocou que
419 de repente uma colaboração e a viabilização para poder custear essas despesas, que o Secretário Moacir no momento
420 disse que poderia até ver no Jurídico, que o que está cobrando é que já estão no mês de setembro e que esses
421 trabalhos dentro da COMFIN, caso não falha a memória só aconteceram até o mês de março, que está parado, que mais
422 uma vez RAG para analisarem e assinarem, que solicitou no mínimo um trabalho onde a COMFIN possa apresentar
423 algum relatório, demanda, alguma coisa, salientando que mesmo sabendo que as componentes não tem capacidade
424 técnica, mas que no mínimo buscarão os responsáveis técnicos por essas informações, que o trabalho da Comissão é
425 assim, que deixar em aberto é muito mais complicado. O Secretário Moacir diz que apenas como sugestão, que claro
426 que será feito essa consulta e que vale a pena que o Conselho demande, que voltam na Pauta do recurso escasso do
427 Conselho, que é de R\$ 20 mil (vinte mil reais) por ano e que estão pleiteando o aumento para o ano que vem até devido

428 a Conferência, e com tom de indagação reporta-se para o Presidente Zanatta e diz que houve pouca execução
429 orçamentária dentro desse recurso, tendo como resposta que tiveram a aquisição de impressora, a impressão dos
430 cartazes, do ar condicionado que até hoje não foi utilizado, salientando que gostaria de saber quando poderão usar,
431 justificando que no verão não terá como escapar, e cita a aquisição do notebook, ao que o Secretário Moacir pontua
432 que fala até porquê quando a Conselheira Iyalòrisá Joilda diz que veio por meio de aplicativo, que é análogo ao Uber,
433 sendo na ocasião afirmado por esta que no Município é o Carrim. O Secretário Moacir explica que é uma possibilidade
434 de se deslocar de uma maneira fácil, similar ao Uber, que se continuar batendo na tecla do carro confessa que não
435 conseguirão dar uma resposta tão cedo, principalmente no último quadrimestre, que já fez uma demanda e por mais que
436 tenha, relatando que o Estado mandou 15 (quinze) carros, que mandou para locais que nunca foi utilizado o carro e que
437 tem sido utilizado de uma excelente maneira, que é para possibilitar que as equipes que antes não tinham condições de
438 agora terem condições de deslocarem, de irem até as casas e fazerem as visitas domiciliares, que então foi colocado
439 um carro para cada duas equipes, que todas elas estão muito bem assistidas, ressaltando que porém estes tem
440 demandas da Vigilância Sanitária; da Vigilância Epidemiológica e do Conselho, cita ainda que não vieram carros para
441 essas finalidades, que então tem demandas de no mínimo 05 carros. O Presidente Zanatta pergunta se do Conselho
442 Tutelar vem por recurso Federal, tendo como resposta pelo Secretário Moacir que talvez seja por algum recurso do
443 Município, mas que desconhece, que poderiam checar, mas até que seja definido e que tenha carro novamente no
444 Conselho, que acredita que poderiam ter alternativas, citando entre elas que o aplicativo é uma boa alternativa, porque o
445 custo é relativamente baixo e que o deslocamento não é tão frequente, que são mais pontuais, esclarecendo que claro
446 com justificativa ou com anuência do próprio Conselho para poder se deslocar, com autorização prévia se for o caso e de
447 uma parte do recurso que é do próprio Conselho ser investida no Conselho nesse sentido, como recurso de custeio, que
448 não sabe quantos gastariam por mês para fazer esse tipo de deslocamento, citando de R\$100 (cem) a R\$300 (trezentos)
449 reais no máximo. O Secretário Moacir pede desculpas a Conselheira Iyalòrisá Joilda para perguntar lhe o valor que ficou
450 para a mesma vir até a Plenária, tendo como resposta que com a Conselheira Alzira ficou R\$ 35,59 (trinta e cinco e
451 cinquenta e nove) só para virem e que de repente pode oscilar para mais por conta do horário, cita ainda que para terem
452 uma ideia que de seu deslocamento da Sede para a Sala do Conselho fica em torno de R\$25 (vinte e cinco reais) só
453 para a ida, ficando mais R\$25 (vinte e cinco) o retorno, que então está falando de um desdobramento de uma atividade
454 que ainda mais a COMFIN precisam fazer, que não é só na Sala do Conselho, que requer uma análise, ao que o
455 Presidente Zanatta chamará a atenção destes, pois senão irão adiante, informando à Conselheira que está detalhado,
456 sendo respondido por esta que tem que ser colocado porque o mesmo disse que se sustenta para o trabalho dentro do
457 Conselho de Saúde, ao que foi pontuado pelo Presidente Zanatta que todos se custeiam, sendo citado pelo Secretário
458 Moacir que este quer dizer com recursos próprios, com afirmação da Conselheira Iyalòrisá Joilda que é isso, com
459 recursos próprios. O Presidente Zanatta explica que ninguém tem Entidade que pague, mencionando que talvez à
460 mesma, que esta é a própria Entidade, que no caso deste não, que não é o próprio Sindicato, ao que a Conselheira
461 Iyalòrisá Joilda diz que não sabe no caso do Conselho Municipal, mas que no caso do Conselho Estadual e o Conselho
462 Nacional de Saúde os Conselheiros rebem uma ajuda do Conselho para conseguir executar as atividades, sendo dito
463 pelo Presidente Zanatta que é do mesmo acordo, em continuidade a Conselheira Iyalòrisá Joilda diz que não sai do
464 bolso do Conselheiro, ressalta que isso foi colocado porque o trabalho que o Conselheiro faz é voluntário, que então não
465 estão falando das reuniões, Ordinária ou Extraordinária, que estão falando de trabalho de Comissão, que é isso que está
466 sendo colocado, sendo afirmado pelo Presidente Zanatta que será encaminhado, o que ainda não fez e que essa pauta
467 ainda estava em aberto. Ato contínuo o Presidente Zanatta cita o **Item 5 - Processo de construção da 16ª Diretriz da**
468 **Programação Anual de Saúde;** sobre esse assunto comunica que está em processos e finalizando, acreditando que
469 até o final do mês será finalizado a 16ª Diretriz, submetendo esta novamente ao grupo técnico, para trabalhar esta e
470 depois irão para as outras. Informa sobre o **3º Ponto de Pauta – Relatórios Assistenciais HUMANIZA;** menciona que
471 tiveram uma demanda que chegou no Conselho, assim como a da Santa Casa da Conselheira Iyalòrisá Joilda, sobre a
472 questão de uma assistência de uma paciente dentro do local e que teve uma queixa, que acredita que seja atestação
473 que o médico teria agredido a paciente, e com tom interrogativo questiona se foi lá, tendo como resposta pelas
474 Conselheira Gisele que foi na HUMANIZA no final de semana, sendo colocado pelo Conselheiro Robério que foi em um
475 senhor, que o médico discutiu com o filho e com o pai e que acabou batendo no pai. Nesta ocasião o Presidente Zanatta
476 questiona a Sra. Juliana – Coordenadora de Enfermagem da **HUMANIZA,** se a mesma tem alguma informação nesse
477 sentido, tendo como resposta que o médico estava de plantão, que estava tendo uma discussão, que o paciente foi
478 encaminhado para o farmacêutico, junto a farmácia porque disse que o paciente estava com intoxicação a *metformina*,
479 que estava fazendo uso de *metformina* de 850mg, que o paciente estava hipoglicêmico, porém com sinais vitais
480 estáveis, que a conduta do médico foi encaminhar para a Unidade Básica de Saúde para poder realizar a conversão da
481 *metformina*, da dosagem da *metformina*, diz ainda que acha que o filho falou “que esse médico é um descaso, não trata
482 bem, uma coisa assim” e que aí gerou indignação por parte do filho, que teve a questão da agressão verbal e também
483 física, partindo do médico, mas também do acompanhante, o filho, ressalta que o paciente tentou apaziguar a briga, mas
484 que não estava envolvido na agressão verbal e física, que só tentou afastar a briga dos dois. O Presidente Zanatta
485 questiona à Sra. Juliana, se o paciente fez agressões verbais primeiramente aos médicos e se o médico se exaltou, se
486 foi isso, tendo como resposta pela Sra. Juliana que talvez ele não gostou do que o familiar “não vai passar nenhum soro,
487 não vai passar nada, que mau atendimento é esse”, que o médico não gostou, que aí começaram a proferir palavras e
488 depois partiram para agressão física. O Presidente Zanatta pergunta qual a providência que a HUMANIZA tomou em

489 relação ao médico, tendo como resposta que tomou, que afastou o médico, O Secretário Moacir diz que foi uma questão
490 relacionada entre o filho e o médico, com nova afirmação pela Sra. Juliana que o paciente entrou na situação para tentar
491 apaziguar o conflito entre os dois, ressaltando novamente que a discussão não foi entre o paciente e o médico, que foi
492 do acompanhante e o médico. O Conselheiro Antonio Magro reportando-se para a Sra. Juliana questiona a condição do
493 paciente, o estado de saúde paciente hoje, sendo respondido que não tem muitas informações, que soube e parece que
494 o paciente sofreu um AVC em casa, que foi atendido pela equipe do SAMU, encaminhado para a HONPAR e que hoje se
495 encontra na UTI – Unidade de Terapia Intensiva, que não tem mais informações de como está o paciente a princípio,
496 nesse momento. O Presidente Zanatta questiona a Sra. Juliana se ele (paciente) chegou em casa e teve um AVC, e o
497 Conselheiro Robério pergunta se não foi no mesmo dia, recebendo como resposta que não foi no mesmo dia, que acha
498 que foi na segunda feira e que o atendimento foi no sábado a noite. O Conselheiro Alecsandro pede a palavra para fazer
499 um questionamento, dizendo houve o afastamento do médico, se é temporário, definitivo, tendo como resposta que seria
500 definitivo, ao que o Conselheiro Alecsandro pergunta se isso passou por Comissão de Ética, se apurou-se a situação,
501 com afirmação pela Sra. Juliana que apurou-se os fatos, que não conversou – se com o paciente pela doença deste, que
502 conversaram com a equipe e com o médico também, que foi uma decisão conjunta da Gestão Administrativa de afastar o
503 médico, pelo nome da empresa, mas também de todo o contexto que aconteceu com o paciente, que então decidiu-se
504 afastar o médico. O Conselheiro Robério pergunta para a Sra. Juliana se houve alguma outra conduta, ou só o
505 afastamento médico, com resposta que só o afastamento mesmo. O Presidente Zanatta menciona não saber se houve
506 alguma demanda na Ouvidoria em relação a isso por parte de algum dos familiares e indaga a Sra. Juliana se houve,
507 tendo como resposta que não chegou a ir, salientando que chamaram os familiares na segunda feira para conversar,
508 para explicar o que tinha acontecido e desculpar em nome da Instituição. O Presidente Zanatta expõe que o principal é
509 isso que a Instituição não tem responsabilidade pregressa sobre o ato do médico, que ninguém adivinhará que o médico
510 vai bater boca, mas posterior a isso sim. O Conselheiro Alecsandro menciona que a Instituição fosse hospital ou
511 Prefeitura, é co-responsável também. O Presidente Zanatta coloca que das demandas que se tem através da Ouvidoria,
512 que volta a falar que tem todas a disposição no Conselho, que com um tempo tem começado a pegá-las deste mês para
513 trás para levantar algumas demandas, frisa que acha que em um segundo momento com a ajuda de mais um, ou dois
514 colegas, mais a Sra. Giziele – Secretária Executiva, que daria para tabular as demandas da Ouvidoria e reportam-se
515 para o Secretário Moacir resalta que ficaria legal, salienta dizendo que era feito uma planilha quantitativa, de quantas
516 queixas e de onde era a queixa, que agora não, que tem a queixa, que muitas vezes não tem a demanda, o que
517 aconteceu, frisando que a grande maioria das queixas na Ouvidoria é Vigilância Sanitária, que não é a maioria na área
518 assistencial e que tem algumas que são mais gritantes, citando como exemplo que tomou a liberdade de ligar para um
519 paciente e saber a conduta que foi tomada com ele, relata que é um paciente com toxoplasmose atendido na Unidade de
520 Saúde e a Unidade de Saúde agendou muito longe, que o paciente se desentendeu com a Unidade e não procurou
521 outro Serviço e que está com toxoplasmose, que daqui a pouco fica cego. O Conselheiro Alecsandro salienta que não é
522 daqui a pouco, que é em um ano ficará cego, que tanto é que não ser uma questão de emergência que a Unidade de
523 Saúde tem a prerrogativa de agendar sim, que é muito longe para o mesmo tem que ser estabelecido, ao que o
524 Presidente Zanatta expõe que só conversou com ele (paciente) e orientou para que procurasse novamente a Unidade,
525 para paziguar os ânimos e chegar e conversar com a enfermeira, que era um rapaz de meia idade, frisando que acha
526 que vale a pena isso, que a Ouvidoria tinha feito alguma coisa, mas que este tinha feito contato direto, que acha que
527 esse tipo de situação é importante o Conselho se apropriar e as vezes nem tomar a ação, que não sabe qual a conduta
528 clara do Conselho, mas deliberar para alguém do nível de Atenção para estar fazendo isso. A Conselheira Iyálòrísá
529 Joilda reportando-se para o Presidente Zanatta diz, que aproveitando a fala do mesmo na questão do fortalecimento das
530 Ouvidorias, que está exatamente na Diretriz 13 dentro do Plano Municipal de Saúde, que gostaria de relatar que o caso
531 da denúncia que a Sra. Tauane fez, que é filha desta bióloga, frisando que é importante colocar isso, e o neto desta,
532 que ela (Sra. Tauane) também comunicou a Ouvidoria Municipal de Saúde, no mesmo teor, ao que o Presidente Zanatta
533 pergunta qual o mês que foi, sendo respondido que foi no dia 26 de março de 2022, sendo pontuado pelo Presidente
534 Zanatta que ainda não chegou em março, mas que chegará nela. Em continuidade, a Conselheira Iyálòrísá Joilda
535 salienta que é importante relatar e fazer esse trabalho, para que chegue não só na Ouvidoria da Instituição, que prestou
536 serviço dentro do SUS, mas também dentro da Ouvidoria do Município, que para ela (filha) fazer isso foi respaldada com
537 documentos, para conseguir que tentasse melhorar os Serviços. A Conselheira resalta ainda que quando fala Serviços,
538 fala destes no SUS, ao que o Presidente Zanatta afirma que pedirá que a COMTEFIS - Comissão de Fiscalização, crie
539 uma agenda efetiva para estes para a próxima semana, citando os nomes dos Membros, Conselheiros (as) Alecsandro;
540 Roseli, Robério e Marcos, mesmo que alguns Conselheiros não irão, mas que vão com quantos membros for possível,
541 que a agenda na Santa Casa, não ainda no caso da Tauane, mas em questão da avaliação da Contratualização do
542 Convênio com o Município e das questões que envolve as demandas que o Conselheiro Alecsandro gerou em relação a
543 Pediatra, médico presencial plantonista que estão dentro da questão de Convênio com o Município. Ato contínuo,
544 Presidente Zanatta cita o **4º Ponto de Pauta – Comitê Intersectorial de Saúde Mental**; sobre esse assunto expõe que
545 gostaria de fazer um breve relato para conhecimento por parte do Conselho sobre algumas demandas e ações que
546 estão desenvolvendo em relação ao Comitê de Saúde Mental, diz ao Plenário que todos tem o conhecimento que o
547 Comitê de Saúde Mental do Município é constituído através de um Decreto Municipal, nesta ocasião ocorreram
548 intercorrências no acesso a internet, inviabilizando a demonstração em tela para os Conselheiros dos documentos e
549 registros das ações do . Em continuidade, o Presidente Zanatta menciona para que saibam que através e para o Comitê

550 estão fazendo a mesma organização, a mesma sistematização, com Secretaria Executiva do CMS, frisando que o
551 Comitê de Saúde Mental, não submetido ao Conselho de Saúde, está atrelado ao Conselho Municipal de Saúde, está
552 instruindo nesse sentido, afirma que o Decreto Municipal se baseia por uma Lei Federal, que é um efeito cascata, que
553 então o Município criou um Decreto, que coloca o Secretário de Saúde como Coordenador; que ficou a Coordenação
554 Adjunta, que tem trabalhado sistematicamente para dar instrução a tudo que faz parte desta área, que ofereceu para
555 todos os membros uma biblioteca extensa, que foram atrás de bibliografia, que têm: O Plano de Cuidados em Saúde
556 Mental; sendo para toda a Rede, para a Área de Atenção Básica; o Fluxo de Atendimento para Intoxicação Exógena, a
557 Linha Guia Federal para a Saúde Mental; as Normas Reguladoras; as Rede de Atenção Psicossocial em Saúde Mental;
558 informa ainda que foram colocadas as deliberações; os ofícios e Portaria pertinentes, dando ciência para a toda a
559 comunidade que está envolvida dentro desse Comitê. Aborda que trouxe para o Comitê e o institucionalizou
560 complementarmente, que fez o Regimento e que foi colocado para aprovação, que ofereceram para toda essa clientela e
561 que fizeram também o chamamento de portas de entrada que não estavam, citando como exemplo: o CAPS II – Centro
562 de Atenção Psicossocial; a UPA – Unidade de Pronto Atendimento; a HUMANIZA, a Coordenação de Atenção Básica,
563 que insuflaram os membros com todas as portas de entrada e as Redes que tem vinculação com a questão de Saúde
564 Mental, cita ainda o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e
565 os órgãos, que também ofereceram a legislação toda, como a Política Nacional de Humanização, justifica que estão
566 encontrando um entrave fecundo contra questão da passagem do paciente de Saúde Mental no nível secundário,
567 dizendo que a Atenção Básica primária e secundário considerar a área de urgência, a Rede Hospitalar, que estes tem
568 uma dificuldade muito grande para internar os pacientes, frisando que o paciente tem saído do hospital, porque tira do
569 surto com a medicação e devolve para a rua, que devolve para a sociedade, para o meio social, que não está articulado
570 com a família, que não está bem instruído a referência e que não vai efetivamente para o CAPS. O Presidente Zanatta
571 menciona ainda que foi criado um Grupo Técnico, que foi colocado toda a legislação e que tem uma bruta sobre isso,
572 que não estão tratando só da Política Nacional de Atenção Psicossocial, mas que estão trabalhando da Política Nacional
573 de Humanização da Atenção, que estão implementando a Diretriz de Saúde Mental e criando essa sistemática, citando:
574 a agenda; as atas; cartilhas, mencionando dentre elas: Apostilas de Memórias da loucura; Apresentação de
575 Estratificação de Risco em Saúde Mental; Apresentação do Plano de Cuidados em Saúde Mental; Apresentação da
576 Rede de Saúde Mental; Caderno de Atenção em Saúde Mental; Caminhos do Cuidado; Caminhos da Política de Saúde
577 Mental Infante Juvenil; Cartilha de Ajuda; Cartilha de Direitos; Cartilha das Drogas; Crise na Urgência e Emergência em
578 Saúde Mental; Diretrizes Clínicas de Atenção; salientando que isso tudo para municiar o grupo profissional e os
579 diferentes Setores. O Presidente Zanatta informa ao Plenário que no Comitê está o Centro POP; a Secretaria de
580 Assistência Social; a Secretaria de Esportes, que estão todos dentro desse Comitê, diz ainda que tem as discussões, os
581 ofícios enviados e toda essa Pauta. Ressalta da criação de Grupo Técnico - GT para tentar trabalhar um Protocolo de
582 Atenção, que esses foram contundentes em contestar aquilo que os hospitais tem falado quanto a plena assistência para
583 os pacientes em Saúde Mental, que eles dão assistência só na questão da urgência, frisando novamente que foi
584 contundente por parte dos Gerentes e Técnicos do Grupo em atestar que não tem acolhimento, que não é receptiva a
585 Instituição Hospitalar, que essa discussão se ampliou, informando ainda que tem as mais diversas Atas, chamando
586 atenção do Plenário para uma Ata em específico que seria a última, aonde está categorizado que o Hospital HONPAR,
587 assim como também foi caracterizado pela Dra. Heloísa de que eles não internam e não tem interesse em internar
588 paciente psiquiátrico, que entre estes tem pacientes com indicação de necessidade de internação e que não devem
589 retornar para o CAPS, mesmo saindo do surto. Informa que houve uma discussão que quando esse paciente se for
590 internado no hospital que ele perde a agenda promovida pelo CAPS, diz que quem faz a agenda é a Regulação do
591 Estado que é uma porta única, em Curitiba, que não é como a Central de Regulação da Rede SAMU que tem uma em
592 cada Regional e que só criaram essa “portinha” é o CAPS, que então tem uma dissonância entre se é o CAPS, se o
593 paciente foi para UPA, essa não consegue abrir e a HUMANIZA também não consegue abrir. O Presidente Zanatta
594 segue dizendo que então tem que sair da HUMANIZA, porquê o paciente é para ficar nessa porta de entrada 24 horas,
595 ao que o Conselheiro Alecsandro salienta que é até 24 horas, sendo dito pelo Presidente Zanatta que quando vai para o
596 hospital começa de novo, 24 hrs dentro, e que bateu 24 hrs solta, frisando que o paciente tem ficado no SAMU por mais
597 de 24 hrs, que na HUMANIZA já ficou 07 dias, ressaltando que esse paciente tem que ir para dentro do hospital. O
598 Conselheiro Alecsandro pede a fala e diz que é uma questão de ordem, que a Pauta está se estendendo, que estão
599 chovendo no molhado, que o Secretário Moacir repassou esse dias, e que estes tem usado o despacho da Dra. Lêda,
600 que quando pedem encaminhamento para o hospital para internamento, ou tem, ou manda e acabou, porque vai com
601 documento, ao que o Presidente Zanatta diz que isso tudo foi colocado dentro do Comitê, que inclusive falado que se
602 qualquer pessoa tiver uma demanda, ou uma negativa, é para entrar em contato com a Coordenação do Comitê e com o
603 Conselho Municipal. O Conselheiro Alecsandro segue dizendo que estes já tem uma demanda definida do Ministério
604 Público, que foi com o Secretário Moacir, que veio para o Conselho, para quem faz UPA, HUMANIZA, para o SAMU
605 também, que é a orientação da Promotoria que diz que até 24 hrs na Unidades Municipais, ao que o Presidente Zanatta
606 diz que isso já articulado pelo engajamento do MP com estes, sendo respondido pelo Conselheiro Alecsandro para pular
607 esta parte, mencionando que já chegou e quem já articulou em que deixou de articular não vai fazer diferença mais, que
608 já tem o documento da Promotoria dizendo que tem que ser encaminhado para o hospital e o hospital tem que aceitar,
609 que se o hospital não aceita e não atende o paciente, que não adianta discutir de vir para o Conselho e nem para o
610 Comitê, que o caso já é Promotoria, que estes tem que posicionar que o Hospital Geral não é um Hospital Psiquiátrico,

611 que a finalidade de um Hospital Geral é tirar do surto, que se sair do surto recebe alta, diz ainda que se o paciente teve
612 um AVC, que se saiu do estágio de risco de um novo AVC, alta, que se operou uma apêndice e estabilizou, alta, que o
613 paciente de Saúde Mental e entrou em surto, se estabilizou, alta e reportando-se para o Presidente Zanatta diz que a
614 questão que o mesmo levantou é de burocracia do Estado, que se o paciente da entrada no hospital, o hospital é
615 obrigado a cadastrá-lo na Central de Leitos, que já estava cadastrado no CAPS, que o cadastrado do hospital derruba o
616 do CAPS, que as vezes está no CAPS há um mês pedindo internamento, que o paciente interna emergência do Geral,
617 sendo informado pelo Presidente Zanatta que por incrível que pareça o hospital clínico não solicita vaga de internação
618 psiquiátrica, sendo respondido pelo Conselheiro Alecsandro que solicita sim, que está afirmando que solicita, que atende
619 os pacientes psiquiátricos, com questionamento do Presidente Zanatta ao Conselheiro Alecsandro, dizendo aonde, com
620 pontuação e resposta deste que é no CAPS, com nova colocação pelo Presidente Zanatta que no Hospital Geral não. O
621 Conselheiro Alecsandro diz que encaminha pacientes para o Hospital Geral e que estes são colocados na Central de
622 Leitos pelo Hospital Geral, que está afirmando, com a colocação da Conselheira Gisele que aí derruba o do CAPS,
623 sendo mencionado novamente pelo Conselheiro Alecsandro que isso é uma burocracia do Estado, que isso não é culpa
624 em do CAPS e nem do Hospital, sendo exposto pela Conselheira Gisele que é a Regulação, e o Conselheiro Alecsandro
625 segue dizendo que é a Regulação que faz isso, cita que o paciente ficou 01 mês na Regulação em Curitiba, que não sai
626 a vaga, o paciente piora, que tem que ir pelo SAMU para o Hospital Geral, que este é cadastrado novamente, que esse
627 01 mês morreu, que volta para o final da fila, que é ridículo, que essa história que o CAPS é a porta única é um erro
628 grosseiro, porquê não era, que isso foi uma invenção que foi criada que o CAPS tinha que absorver isso, que tanto é
629 que o 24 hrs antigo, antes da UPA, que o cadastro era feito no 24 horas, que a UPA tinha acesso ao cadastro, ressalta
630 que vão “colocar o dedo na ferida”, que a HUMANIZA tem condições de ter acesso e o cadastro, e a UPA tem condições
631 de ter senha e cadastro, que o que não tem é gente para alimentar o sistema, que tem que alimentar o sistema, que
632 então com falta de recursos humanos também, que por isso acaba concentrando tudo no CAPS, cita sobre o feriado de
633 07 de setembro, que fazem recesso, que vem o aniversário dia 10, e que dia 12 é feriado, que dia 11 foi para o “saco” a,
634 que vai emendar com o sábado e domingo, que são 05 dias sem acesso a Central de Leitos Psiquiátricos, que já deveria
635 estar concentrado na UPA, que o plantonista de intercorrência psiquiátrico estar na UPA e não na HUMANIZA, que já
636 deveria estar concentrado no local. Com a palavra o Presidente Zanatta diz que acha que essas demandas gerarão para
637 a Secretaria e encaminhar. A Sra. Juliana reportando-se se para o Conselheiro Alecsandro diz em reunião a Sra. Tatiane
638 do CAPS tentaram abrir um Usuário para estes, mas que não liberou, que não sabe por qual motivo, que acha ser por
639 conta do CNES, que pode não estar 100% regularizado, mas que tentaram, que era até melhor para acompanharem de
640 perto. O Conselheiro Alecsandro frisa que Jandaia é porta aberta para eles, que não precisa da Central de Leitos, que o
641 Secretário Moacir é testemunha, de pacientes destes que deu entrada na UPA, deu entrada no 24 horas e menos de 10
642 minutos contato com Jandaia, a chegada do SAMU e da família e o paciente já se deslocando, que então não levou 24
643 horas, que em 10 minutos situação de emergência psiquiátrica foi para o hospital. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda diz que
644 gostaria de fazer uma intervenção, com uma experiência vivenciada por esta dentro da comunidade Zona Sul, onde o Sr.
645 Sebastião, de idade, preto, com AVC que inclusive as filhas trabalham na Saúde, que este já tinha sequelas de AVC, que
646 ficou com limitações e com a Pandemia este enfrentou a questão do distanciamento social, por ser idoso e por ter
647 comorbidades, que esse passou a surtar e a caminhar perdido, que a família não sabia mais o que fazer com ele, que
648 simplesmente se colocava em uma situação de risco, não só para este mesmo, mas como para outros, que este também
649 ficava agressivo, porque este queria andar, que então foi solicitado dos surtos que este teve, chegou na HUMANIZA, que
650 foi a porta de entrada que teve foi a HUMANIZA, que não habilitaram o internamento deste em Jandaia por conta das
651 comorbidades, que este tinha, salientando que inclusive este veio a falecer, que então existe essas dificuldades, que não
652 é simplesmente chegar e porta aberta, que é feito uma análise das comorbidades. O Conselheiro Alecsandro diz que são
653 duas questões, que por causa dele (Sr. Sebastião) ser preto, que isso destaca o risco de AVC em um paciente que já é
654 sequelado e hipertenso, e a questão da idade, citando que este tinha mais de 70 (setenta) anos e reportando-se para o
655 Presidente Zanatta diz que bate nessa questão da carta da Promotora, porque o Hospital Psiquiátrico com Portaria do
656 Ministério não aceita comorbidades, nem pacientes mais de 70 (setenta) anos, que então não é uma negativa deste
657 hospital, diz que todos os Hospitais Psiquiátricos não aceitam pacientes nessa condições, que esse paciente tem que
658 ser internado em um Hospital Geral, que esse paciente chegou a ser encaminhado para o Hospital Geral, mas não é
659 internado. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda diz que caso não esteja enganada este passou pela HONPAR, que
660 acompanhou e foi ao sepultamento, que era um dos frequentadores dos Eventos, assíduo, que não faltava a um Evento
661 de Saúde da População Negra e por diversos relatos da patrulha da polícia levar este em sua casa, da família ficar em
662 desespero buscando por este, de saber onde estava, que é muito triste um ser humano chegar á uma situação como
663 está, que a pessoa tem que ter a dignidade no mínimo, com a idade, com a situação, que foi sequelado de AVC e
664 passou por uma Pandemia, ao que o Conselheiro Alecsandro afirma que o lugar desse paciente era no Hospital Geral,
665 sendo pontuado pela Conselheira Ìyálòrísá Joilda que este ficou bastante tempo indo e vindo, indo na porta de entrada
666 HUMANIZA, e HONPAR, e que não ficava, que acabou morrendo. Ato contínuo, o Presidente Zanatta diz que
667 pessoalmente gostaria de estender essa discussão do Comitê de Saúde Mental, mas que precisa dar ciência para estes
668 das Atas, que então encaminhará para estes no dia posterior as Atas nº17; nº18 e nº19, que são as últimas Atas do
669 Comitê, para que possam ter ciência e chamar a atenção principalmente as falas exercidas pela Coordenação Adjunta,
670 por ele representada, através do CMS e pelas falas da representante do HONPAR, na última reunião de número 19, na
671 qual a Sra. Rouse é a Representante da HONPAR. Diz que manifestou claramente em uma das reuniões das obrigações

672 do Hospital, se não para a questão da legislação e assistência em Saúde Mental, mas ainda para a questão da
673 legislação da Humanização da Atenção Hospitalar, para o acolhimento desses pacientes, que colocou que o hospital
674 deve internar, onde a Sra Rouse Representante do Hospital HONPAR no Comitê, disse que o hospital não recebe e não
675 tem Contratualização para tal, que este falou que tem, que recebe porque a AIH – Autorização de Internação Hospitalar,
676 pode ser emitida mesmo não sendo credenciado para psiquiatria, além de ser um hospital que recebe por
677 contratualização, que então é por metas, que cabe esse paciente dentro, que foi contestado que não tem como colocar
678 esse paciente na Santa Casa por causa das mãezinhas e das crianças, que não tem condições de colocar dentro do
679 HONPAR pelo risco, ao que o Conselheiro Alecsandro expõe dizendo deixa igual o Sr. Sebastião na rua batendo de
680 porta em porta, sendo pontuado pelo Presidente Zanatta que discorda plenamente disso, que realmente não estão
681 pedindo para ficar com o paciente dentro de uma UTI – Unidade de Terapia Intensiva, nem com o paciente dentro de
682 uma sala com outro, mas que se crie um ambiente para a tal e tenha área física, que nesse conteúdo falou que a
683 filantropia é uma relação comercial com o Estado, que então veio a discussão entre a Conselheira Márcia e a
684 Coordenação do Comitê sobre a filantropia, que esta é algo sem fins lucrativos, afirmando que pode ser sem fins
685 lucrativos, mas que é uma relação financeira com o Estado, que é o Prestador de Serviço e o Estado compra o Serviço,
686 que então é uma relação comercial. O Presidente Zanatta segue dizendo que a Conselheira Márcia ao se apresentar
687 nesta primeira e única presença em Reuniões do CISM, sendo chamado pela Sra Rose e apresentada então como
688 Diretora Administrativa do Hospital, mas que a Conselheira Márcia aqui no CMS se apresenta como Gerente de
689 Hotelaria. Que então como Diretora Administrativa esta desqualificou a nossa presença à frente desta Coordenação, o
690 serviço que está fazendo e que desprestigiou também o Comitê, questionando então para as Conselheiras Gisele -
691 Trabalhadora, Elizabeth - Gestora e para a Sra. Juliana Enfermeira da HUMANIZA se confirmam que foi isso que
692 aconteceu, tendo confirmação verbal de todas que sim. Em seguida diz que desqualificar a Coordenação atuante e o
693 Grupo como um todo, falar que estes não tem competência para mexer com isso que é uma relação de Estado e
694 Hospital, que discorda plenamente disso, que desabona a conduta da Conselheira Márcia representante do HONPAR e
695 que gostaria que estivesse presente nesta Plenária, ficando registrado na Ata dos fatos ocorridos, reafirmando que
696 desabona plenamente a conduta que ela teve para com estes, que foi uma de desprestígio, de dar menos valia ou como
697 se estivesse mal conduzido. Saliou que então colocou em aberto para o próprio Comitê pudesse discernir pois é o
698 Comitê quem decide as ações destes e se o que estão fazendo está de coerência. Que então faz questão de entregar as
699 Atas do Comitê a disposição do CMS, que estas como todos sabem estarão no site, no mesmo link estará as Atas do
700 Comitê, que então encarecidamente pede para que estes leiam, para se apropriarem minimamente da Ata 19 e
701 possivelmente da Ata 17 e 18, que então encerra esta Pauta, frisando que gostaria de levar o assunto para a Comissão
702 de Ética. A Conselheira òyálòrísá Joilda reportando-se para o Presidente Zanatta, diz que aproveita que estão em
703 Plenária e que reforça o pedido já solicitado em Plenárias anteriores que as Atas ou os relatórios das atividades das
704 Comissões, tanto da Comissão de Fiscalização e Avaliação, quanto a COMFIN, que também seja aberto uma aba dentro
705 do link do Conselho Municipal de Saúde, que sejam colocados os relatórios de atividades, sendo respondido pelo
706 Presidente Zanatta que já está definido que será, com a colocação pela Conselheira òyálòrísá Joilda que assim como
707 está de Saúde Mental, que é importante que as outras áreas da Saúde também estejam. A Conselheira Gisele
708 reportando-se para o Presidente Zanatta que o Comitê decidiu então e pegou ofícios solicitando a 16ª esclarecimentos
709 tanto para o Comitê, tanto para os serviços hospitalares também, para poderem conversar na mesma linha guie todos
710 como aguardarão essa situação. A Conselheira òyálòrísá Joilda reportando-se para a Conselheira Gisele diz que já
711 esteve em reunião de prestação de conta de serviços tanto da HONPAR quanto da Santa Casa, que no Estado, na 16ª
712 Regional de Saúde, tem um Plano de Ação do que seria contratualizado com o Estado, que seria importante também
713 essa Comissão se apropriar desse Plano, ao que a Conselheira Gisele diz que pode solicitar com a Sra. Juliana que é
714 responsável. Com a palavra o Conselheiro Alecsandro diz que sendo dois pontos, sendo que um deles poderia ter sido
715 colocado no início, que o Sindicato que o mesmo representa, tem acompanhado com apreensão algumas situações
716 noticiadas da mídia, que uma delas é uma situação de um óbito de uma criança na HUMANIZA, que o posicionamento
717 na Entidade Sindical dos médicos é que a HUMANIZA é uma Unidade de Pronto Atendimento Geral adulto, que é desvio
718 de finalidade essa posição do Conselho de estar contratualizado, que é desvio de finalidade atender crianças naquela
719 Unidade, que não está contratualizado e não tem suporte pediátrico naquele local, que houve uma fatalidade de uma
720 criança, que parece que o laudo do IML ainda não saiu, que provavelmente as vísceras deve ter ido para Curitiba, que
721 vão aguardar o resultado do exame e que não se sabe o que aconteceu, que seguramente não foi uma reação
722 anafilática, porque 8 horas depois isso não acontece, que a reação anafilática é imediata, ao que o Presidente Zanatta
723 pergunta se existe reação anafilática tardia, sendo respondido pelo Conselheiro Alecsandro que não com essa
724 gravidade, que pode haver mas não com desfecho fatal feito este, que adotou como postura e que a Sra. Juliana é
725 testemunha dos atendimentos de crianças naquela Unidade, que chegou a criança, atendeu e avaliou, que disse para o
726 pai e a mãe que não era situação que configure urgência e emergência para manter, deixar na sala e mandar direto para
727 o hospital, que se tem febre, medica para febre, que a avaliação final e conduta final que está reencaminhando para o
728 PAI, que é o Pronto Atendimento Infantil do Município, que essa porta de entrada que se criou tanto nos 18 horas, tanto
729 na HUMANIZA para atendimento pediátrico, que o posicionamento destes em questão de representatividade Sindical,
730 que essa porta deve ser fechada, que o atendimento de urgência e emergência, o surto de vírus sincicial respiratório,
731 que chegou a ter 300 a 400 (quatrocentos) crianças no PAI em um dia, que foi isso que precisou estender para as outras
732 Unidades, acabou, que isso sabem que acontecem nos meses de março e abril, que está sanado, que a demanda do

733 PAI está sanada, que se houver necessidade de aumentar essa demanda, que se aumente mais um pediatra no PAI,
734 mas não oferecer para as crianças atendimentos em Unidades que não estão preparadas para tal e que não oferecem
735 segurança para elas, no atendimento em Unidade e ter um desfecho como este, que especificamente no caso da
736 HUMANIZA, que não foi licitado atendimento pediátrico, que esse atendimento não seja realizado lá, que isso é com a
737 defesa da categoria, que está se sentido pressionado e sem as devidas condições para isso. O Conselheiro Alecsandro
738 diz que o segundo ponto que confrontará o pensamento do Presidente Zanatta que tem a respeito disso, que o Hospital
739 Geral com leitos psiquiátricos, que essa também é uma posição do seu Sindicato e também da Associação Brasileira de
740 Psiquiatria, que é um Hospital Geral com leitos psiquiátricos, seja na Santa Casa ou na HONPAR, que é um remendo,
741 que não pode jamais substituir a atenção dos Hospitais Psiquiátricos nos modelos de Maringá, Jandaia, Rolândia ou
742 Londrina, ao que o Presidente Zanatta indaga aonde está o contraste com este, porque não entendeu, tendo como
743 resposta pelo Conselheiro Alecsandro que este é um defensor dos leitos de Hospital Geral, sendo afirmado pelo
744 Presidente Zanatta que sim que defende leitos de Saúde Mental em Hospital Clínico. O Conselheiro Alecsandro
745 reportando-se para o Presidente Zanatta diz que o mesmo tem impedimento do Hospital Psiquiátrico, recebendo como
746 resposta que não, que não é impedimento, que o pensamento do mesmo está equivocado nesse sentido, que é
747 inteiramente a favor que os leitos psiquiátricos existam em Hospitais Gerais, se qualifiquem para tal, como sendo mais
748 um Ente na Rede da Atenção, salienta que o paciente que for necessário ficar e que a legislação é clara, sete, quinze
749 dias, trinta dias, que pode até ficar, que o paciente que for para drogadição, crack, álcool, que não é nesse hospital que
750 tem que ficar, mas no Hospital Especializado. Reafirma que é equivocado o pensamento deste, porque O Conselheiro
751 Alecsandro sabe da defesa que ele , Zanatta, promoveu na Conferência Regional e na Conferência Municipal que
752 fizeram, sendo inclusive sua uma sugestão de uma carta de intenção à Conferência Estadual, quer dizer que não é em
753 detrimento, em absoluto, ressaltando que é defensor da criação de leito especializado para a Saúde Mental e drogadição
754 em Hospital Geral também, mas nunca em detrimento do Hospital Especializado. O Conselheiro Alecsandro diz que
755 então a distensão tenha sido nessa forma de posicionamento, mas que as Entidades destes e a que representa no
756 Conselho, manifesta-se contrária a qualquer leito psiquiátrico em Hospital Geral, frisando que leito psiquiátrico inclusive
757 urgência e emergência deve ser no Hospital Especializado, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que o mesmo
758 tem que juntar o próximo candidato a Deputado e trabalhar a Legislação Federal, porque o que estão defendendo
759 inclusive é arbitrado por uma Lei Federal, que faculta ao Hospital ter leito dessa natureza, que inclusive na administração
760 conjunta de um hospital criou leitos de hospitais naquele porte, que o mesmo acabou de defender a meia hora, quarenta
761 minutos atrás que a Santa Casa seria o hospital ideal, que esse recurso seria bem vindo para a saúde financeira daquela
762 Entidade e que no final da reunião o mesmo está dando posição contrária. O Conselheiro Alecsandro expõe que está
763 colocando uma posição da Entidade, que da mesma forma que este teve a colocação da Diretora Administrativa do
764 Hospital HONPAR, para este não tomar e levar para o lado pessoal, que inclusive a opção deste com o Deputado
765 Federal é deste, que o voto é secreto, que não diz respeito, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que apenas
766 está dizendo que somente os Deputados Federais tem poder para mudar a Legislação, com a pontuação do Conselheiro
767 Alecsandro que essa mudança nasce do Controle Social, que o Deputado vai ser convocado pelo Controle Social, que a
768 provocação sai e vai para lá, que não é este individualmente procurar um determinado Deputado para a proposta, que
769 dentro do que falou há meia hora, seria um recurso muito bem vindo para a Santa Casa sim, ao que o Presidente
770 Zanatta questiona e para os hospitais de pequeno porte como Astorga, recebendo como resposta pelo Conselheiro
771 Alecsandro que é perfeito. O Presidente Zanatta segue dizendo que talvez se não para hospitais de grande porte como a
772 HONPAR, mas com certeza para a população de Arapongas, sendo pontuado pelo Conselheiro Alecsandro para ser
773 permitido apenas para colocar na Ata de maneira adequada, que a colocação da Entidade é contrária a criação desses
774 leitos, que o que colocou como médico do Sistema, Sistema do Município é que o recurso seria muito bem vindo para
775 um dos hospitais, que ajudaria muito, mas que não deixa de ser um remendo para o paciente, ao que o Presidente
776 Zanatta diz que faria bem para a população que necessita. A Conselheira Iylábrisá Joilda diz que fará uma intervenção
777 com a fala do Conselheiro Alecsandro, que no entendimento desta para o Hospital Geral, ter leitos regulados para
778 psiquiatria, que tem que ter uma equipe específica de psiquiatria, assim como no entendimento desta que psiquiatras
779 pediátricos são no máximo 450 (quatrocentos e cinquenta) no Brasil inteiro, que está falando de psiquiatria infantil, que é
780 só isso para todo o Brasil, que se já enfrentaram dificuldades enquanto um 24 horas, 18 horas, com pacientes com
781 problemas mentais requer internamento, como tratarão isso dentro de um Hospital Geral, qual será a equipe que tratará
782 esses pacientes, que devem ser tratados por psiquiatras, ressaltando novamente de uma equipe especializada, que
783 ocorrerá o mesmo problema que ocorreu na HUMANIZA com a criança, mencionando que a HUMANIZA atendeu uma
784 questão de emergência, a área de pediatria, mas que dentro do atendimento desta não está a questão de pediatria, que
785 isso pode pesar depois para o Hospital Geral. O Presidente Zanatta informa que a legislação estabelece que o
786 internamento de paciente quando o hospital tem até 04 (quatro) leitos psiquiátricos, manterá esse paciente sobre
787 medicação temporária por profissional clínico, que deve ser capacitado para tal e psicólogo, e que quando vai para 10
788 (dez) leitos a exigência é de um médico psiquiatra semanal com uma carga horária de 20 horas, que gradua o Serviço e
789 a Equipe, que essa manutenção do paciente no Hospital Clínico é por processo anterior, que é o processo da
790 desospitalização, ou da desinstitucionalização do paciente, que é uma corrente da Reforma Sanitária, da Reforma
791 Psiquiátrica, que concorda que o leito psiquiátrico em Hospital Geral é mais um elo de Atenção, que a partir daí o
792 paciente possa ser transferido, que se o problema for só sair do surto, realmente não precisará de hospital nenhum,
793 justificando que os Prontos Socorros tiram do surto e mandarão para o CAPS, que o leito psiquiátrico tem que existir nas

794 duas formas, que se for só tirar do surto a função do hospital, não precisa de internação, que daí concorda que não
 795 precisa ter internação, nem em Hospital Especializado, que tira do surto e devolve para a casa, devolve para o CAPS,
 796 que cuida a UBS – Unidade Básica de Saúde, que se tira do surto e tem necessidade de internação, mas ficará
 797 esperando a vaga em casa, porque na UPA não pode, porque já tirou porque é só 24 horas, mas se não sai do surto em
 798 24 horas ele (paciente) vai para o hospital ou não, e com tom interrogativo novamente diz, se ele (paciente) não saiu do
 799 surto em 48 horas, ficará no hospital ou não, tendo como resposta pelo Conselheiro Alecsandro que se ele (paciente)
 800 não saiu do surto, não terá alta, com a colocação pelo Presidente Zanatta que ele (paciente) não terá alta ficando na
 801 UPA, ficando na HUMANIZA ou dentro do Hospital Geral, salientando que é ficando dentro do Hospital Geral até para o
 802 Estado ter a consequência, para evitar colocar uma vaga em Hospital Especializado, mas que enquanto isso não
 803 acontece a briga é que o paciente está na rua, mesmo sabendo que precisa de internação e reportando-se para o
 804 Conselheiro Alecsandro diz, mesmo com a indicação deste de internação, ele (paciente) vai para a rua. O Conselheiro
 805 Robério posiciona que acha que o paciente depois do surto é só para o Hospital Especializado. Desta forma, não
 806 havendo nada mais a tratar o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente todo os que participaram desta Plenária,
 807 dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao
 808 Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em de 14 de outubro de 2022 lavramos a presenta Ata.

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhador	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhador	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA	Usuários	
Alzira Maria da Silva Rocha – Titular – Pastoral da Saúde	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa Ilé Àse Ti Tóbi Ìyá Áfin Òsùn Alákétu	Usuários	
Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	

809

810